

Registro da reunião com familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos em São Paulo

(15/04, 14h30 – 17h – Sala de Reuniões do 7º. Andar – Prefeitura de São Paulo)

Participantes | Prefeito Fernando Haddad, Ministra Maria do Rosário (SDH/PR), Secretário Rogério Sottili (SMDHC), Gilney Viana, Gilles Gomes, Thiago Braga (SDH); Marco Antônio Barbosa (Presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos); Igor Grabois (Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos); Maria Rita Khel e Pedro Pontual (Comissão Nacional da Verdade); Iara Xavier; Amelinha Teles, Criméia Almeida, Laura Petit, Helenalda Rezende, Rosalina Santa Cruz, Tatiana Merlino, Thais Gervásio Barreto, Ângela Mendes de Almeida; Márcia Mendes Teles; Vivian Mendes (Comissão de Familiares); Alexandrina Cristensen (ABAP Brasília); César Cordaro, José Luiz del Roio, Pe. Geraldo Nascimento (Comitê Paulista pela Memória, Verdade e Justiça); Marlon Weichert; Jefferson Dias; Eugênia Gonzaga (Ministério Público Federal); Belisário Santos Jr. (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana); Deputado Adriano Diogo (Comissão Estadual da Verdade); Hugo T. de Albuquerque, Danilo Lefe (Assembleia Legislativa/Comissão Estadual da Verdade); Vereadora Juliana Cardoso (Câmara Municipal de São Paulo, Comissão de Direitos Humanos); Joana Zylbersztajn, Carla Borges (SMDHC); Núnzio Brigulho, Leila Suwvan, Nicolas Tomasauskas, Simone (SECOM); Leonardo Barchini (SMRIF).

TOTAL: 40 pessoas (Lista de presenças – **Anexo 1**).

Formato | 14h30min – Início da reunião com Min. Maria do Rosário e Secr. Rogério Sottili

15h50min – Chegada do Prefeito

16h40min – Assinatura do Protocolo de Intenções sobre o Direito à Memória e à Verdade no Município de São Paulo

17h – Encerramento das atividades

Registro das falas

Secr. Rogério Sottili | Disponibilidade da nova gestão municipal em avançar nas ações para garantir o direito à memória e à verdade em São Paulo, em estreita colaboração com a



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

(SMDHC) Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a Comissão Nacional da Verdade, a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, comissões da verdade institucionais e familiares. Esta é uma prioridade desta gestão desde o programa de governo durante as eleições, reafirmado agora no Programa de Metas. “Este é um momento de escuta, de diálogo. Queremos conhecer as demandas dos familiares e decidir as prioridades em conjunto”.

Ministra Maria do Rosário | Possibilidades de ações pelo município, a exemplo do que fez Petrópolis (transformação da Casa da Morte em memorial), especialmente na identificação de sítios de memória. Assinatura do Protocolo de Intenções constituindo comissão que definirá em parceria com os familiares as ações e metas centrais.
(Ministra SDH/PR)

Marco Antônio Barbosa | Protocolo de Intenções – estabelece prioridades e ações conjuntas do governo federal com o município de São Paulo, aberto à adesão de outras instituições. Trata-se do início do processo de cooperação, define o âmbito no qual definiremos conjuntamente o que fazer em São Paulo pela garantia do Direito à Memória e à Verdade.
(Presidente CEMDP)

Maria Rita Khel | Inovações na forma de reconhecer sítios de memória, reconhecendo locais como centros de memória, mas também as manifestações artísticas. “Devemos estimular a reflexão sobre o silenciamento da arte nesse período”. Ex. Antônio Benetazzo, artista plástico ítalo-brasileiro, militante paulistano assassinado no DOI-CODI – exposição de seus quadros em memoriais e centros culturais.
(CNV)

Amelinha Teles | Prioridades centrais:

- (Comissão de Familiares)
- Retomada de busca e identificação dos restos mortais de Perus e Vila Formosa – concluir trabalhos iniciados com o apoio financeiro da Prefeitura.
 - Parceria entre o poder executivo municipal e o legislativo, que já iniciou um importante trabalho nessa área (Comissão da Verdade da Câmara).
 - Criação da Comissão Municipal da Verdade, sem sobreposição, mas somando esforços e dividindo papéis com as demais comissões existentes.
 - Investigação, reconhecimento e instituição de sítios de memória: DOI-CODI, Portal de Tiradentes, Cemitérios (D. Bosco em Perus, Campo Grande, Santo Amaro, Vila Formosa), Presídios (Hipódromo, Carandiru - ala das mulheres presas políticas; Casa do Egresso); Sítios na zona rural



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

(Sítio 31 de março de 1964 em Parelheiros; Sítio do Fleury); Casa do Ipiranga.

- Sinalizações em todos os locais onde tombaram ou foram capturados presos políticos, a exemplo de Buenos Aires.
- Alteração de nomes de logradouros públicos (Viaduto Costa e Silva, Rodovia Milton Tavares) – levantamento completo dos nomes de ruas.

São 155 casos de mortes e /ou desaparecimentos em São Paulo, dos quais ao menos 30 ainda permanecem desaparecidos (437 no total do Brasil).

Serviço Funerário Municipal contribuiu para as violações do período da ditadura, com ocultamento de cadáveres, alteração de nomes de pessoas enterradas, enterros com nomes falsos.

Belisário Santos Jr. | Reconhecimento dos avanços já alcançados (ex. DOPS – Memorial da Resistência; Prédio da Justiça Militar – SPV).

(Comissão da Verdade OAB) Parceria entre governo federal, estadual, municipal, familiares e outras instituições que atuam neste tema e familiares. “Temos que construir uma política pública pedagógica, com o envolvimento das três esferas governamentais.”

Comprometimento do governo traduzido em orçamento para as identificações, tombamento de locais de memória.

Ígor Grabois | Possibilidade de desenvolver várias ações, por exemplo a retificação de atestados de óbito, combate ao pedido do Coronel Telhada.
(Comissão de Familiares) “Esta luta não é nem deve ser apenas dos familiares.”

Entrega de Carta dos Familiares com demandas ao Prefeito (**Anexo 2**), com as seguintes demandas:

- Conclusão da identificação dos restos mortais das valas clandestinas de Perus (1049 ossadas) e Vila Formosa (3.500 ossadas);
- Construção e preservação dos locais de memória e instalação de placas alusivas aos fatos ocorridos;
- Pesquisas e levantamentos para encontrar mortos e desaparecidos ainda não encontrados;
- Mudança de nomes dos logradouros;
- Retificação dos atestados de óbito;
- Incluir informações já comprovadas sobre o período nos currículos escolares



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

da rede pública municipal;

- Divulgar nos meios oficiais de comunicação notícias sobre os desaparecimentos e sobre os avanços nas identificações;
- Organizar e sistematizar o registro de dados e o sistema de funcionamento dos cemitérios no período.

Alexandrina Cristensen | Financiamento da retomada das identificações das ossadas retiradas do Cemitério de Perus por fontes próprias. Contratação de peritos argentinos para reiniciar os trabalhos.
(ABAP)

Marlon Weichert | Reconhecimento do momento histórico de envolvimento pessoal do Prefeito com o tema. É preciso sanar esta dívida do Estado com a sociedade brasileira, independente das divisões federativas.
(MPF)

Papel do MPF no tema, especialmente após condenação do Brasil na Corte Interamericana de DH da OEA em 2010.

Problemas mais urgentes: péssimo estado de conservação das ossadas no cemitério do Araçá; dificuldade de trabalho nos cemitérios – transformações descaracterizaram os registros e valas (houve até reforma que amontoou ossadas sem rastreabilidade).

Providências simples para garantir direitos: espaço de homenagens aos mortos enterrados clandestinamente, criação de espaços de memória por toda a cidade, renomeações de espaços públicos. Nomes de logradouros não podem homenagear torturadores.

Para registro: Julio D'Ambrosio - funcionário do cemitério de Perus que tem colaborado muito.

Rosalina Santa Cruz | Comissões precisam acompanhar os trabalhos de identificação e da construção de espaços de memória. Município pode se envolver ativamente nas exumações.
(Comissão de Familiares) Retificação de atestados de óbito e outros atos, como registros demissionais.
Aprimoramento da estratégia pedagógica de comunicação nas escolas e na cidade, com mais informações sobre quem foram os militantes que dão nome a escolas, às ruas. “É preciso tornar público os locais onde aconteceram as violações de direitos, publicar os nomes dos torturadores.”

Criméia | Esclarecimento das condições de morte das pessoas já listadas na Lei 9.140,

Almeida | retificação dos atestados de óbito.
(Comissão de Suspeitas de que documentos oficiais estejam guardados nas casas de pessoas
Famíliares) que colaboraram ou trabalharam para o regime.

Prefeito Comprometimento com esse tema já desde a gestão no MEC, durante a
Fernando campanha e reforçada no Programa de Governo.
Haddad |

Disponibilidade total para o que estiver ao alcance da Prefeitura.

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania será interlocutora e a pasta responsável por essa política na Prefeitura.

Compromisso tanto com ações mais imediatas, como o caso do Cemitério de Araçá, como nas medidas definidas pela Comissão como necessárias/prioritárias.

Envolvimento também da Secretaria de Serviços, onde está o serviço funerário.

Assinatura do Protocolo de Intenções (**Anexo 3**)

Encaminhamentos |

Ações	Prazo
Publicação do Protocolo de Intenções no DOM e no DOU	Realizado
Instituição e reunião inaugural da Comissão de Monitoramento e Acompanhamento prevista no Protocolo de Intenções (convite aos familiares em abril; devolutiva aos familiares quanto às demandas mais urgentes).	Primeira quinzena de maio
Publicação de termo de cooperação ou convênio com detalhamento de ações pelo direito à memória e à verdade em parceria entre o município e o governo federal	Junho